

Acordo esvazia polêmica e...

A liderança

AVC
063 11.11.87
Pag. 3

HÁ lideranças reais, outras simplesmente aparentes. O Governador de São Paulo sabe exercer a primeira. É o que temos sentido nos encontros de Governadores, mesmo naqueles de caráter informal e caracterizados por ausências expressivas, como as dos Governadores de Minas e do Paraná.

A LIDERANÇA real se mostra na firmeza de posição sobre a questão em causa, a do mandato presidencial; e não em ênfases postas sobre o óbvio: o acatamento devido ao plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Surpreendente seria se Governadores se reunissem para negar a soberania final do plenário. Ou para confundir posições como conseqüência dos encontros informais, desgastantes, passando eles a mensagem de que alguma coisa mais terá sido resolvida em conjunto, além da verificação natural do citado acatamento.

IMPORTANTE mesmo nesse encontro do Rio, que não objetivou repercussão político-jornalística, foi a reiteração da clareza paulista no compasso da sabedoria mineira.

O GOVERNADOR Orestes Quércia, falando como chefe político desse grande Estado da Federação, defendeu a eleição presidencial

em 1989 pela razão maior, e não simples alegação reportada, de que, no ano que vem, o País tem de ter condições para votar as leis complementares à nova Constituição. É esse o significado de sua preocupação de preparar o Brasil pós-constitucional.

"A MINHA posição é de que o ideal para o País é o presidencialismo, o mandato de cinco anos e, efetivamente, acredito que devemos ter o presidencialismo aprovado ao final e de maneira definitiva."

REPETIMOS: clareza virtude de verdadeira liderança a respeitar e a repercutir final e definitivamente no voto constituinte.

O PAÍS não suportaria nem o parlamentarismo, nem eleições presidencialistas tumultuando a organização pós-constitucional indispensável, a exigir leis complementares e ordinárias. O presidencialismo com cinco anos de mandato respeita a evolução natural, regra de ouro em política, sem saltos e improvisações.

MINAS pediu tranqüilidade e paz, agora, no fim da transição; São Paulo reclama ordem e trabalho pós-constitucional. Assim se defende a transição, sem provocar questão de unidade partidária.

BRASÍLIA — A imissão na posse da terra desapropriada será regulamentada pela legislação ordinária. Um grande acordo de todos os partidos, com exceção do PT, permitiu a votação ontem de um dos temas mais polêmicos da Constituinte. Por 86 votos a sete, a Comissão de Sistematização aprovou a emenda do Deputado Giovanni Masini (PMDB-PR) que possibilitou o acordo.

A emenda Masini substitui os três parágrafos do artigo 212, do substitutivo do Relator Bernardo Cabral, sobre os procedimentos a serem adotados na ação desapropriatória. Pelo texto alterado, o proprietário poderia recorrer da ação da União, que teria o prazo de 90 dias para decidir sobre o recurso. Se não o fizesse dentro deste prazo, a imissão na posse do imóvel se daria automaticamente. A redação modificada previa ainda o pagamento do imóvel em moeda corrente, caso a Justiça reconhecesse que a propriedade cumpria função social.

A emenda Masini anula todos estes procedimentos ao prever o seguinte parágrafo único: "Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação". Foi mantido o caput do artigo, que afirma: "A declaração do imóvel como de interesse social para fins de reforma agrária autoriza a União a propor a ação de desapropriação".

A aprovação da emenda foi festejada com palmas pelo plenário da Comissão. Os sete votos contrários foram dos Deputados Ademir Andrade (PA), João Herrmann (SP), Oswaldo Lima Filho (PE) e Paulo Ramos (RJ), do PMDB; Luis Inácio Lula da Silva e Plínio de Arruda Sampaio, do PT de São Paulo, e Gilson Machado (PE), do PFL. O Deputado Nelton Friederich (PMDB-PR) votou a favor, com declaração em separado.

Ao encaminhar a emenda, o autor, Giovanni Masini, afirmou estar representando, com sua proposta, o consenso em torno de um dos temas mais contraditórios votados até agora. Ressaltou o avanço que o acordo interpartidário representa e a esperança de que o plenário da Constituinte reviva momentos como aquele. O Líder do PCB, Deputado Roberto Freire, também encaminhou a favor e disse que só o fato de sair do texto constitucional a previsão de pagamento em moeda corrente para o proprietário do imóvel em questão já consistia em avanço extremamente importante para aqueles que querem ver a reforma agrária implantada, de fato, no País.

— Não se trata de discutir aqui se esta é a melhor fórmula. Mas reconhecer que, em termos de acordo, foi um grande avanço — afirmou.

O Deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) foi à tribuna comunicar a decisão do seu partido de não participar do acordo. Segundo ele, o que estava previsto no substitutivo de Cabral era o máximo de concessão que o partido poderia admitir nesta questão. Para o PT, a emenda Masini anula o tímido avanço que representava para a reforma agrária a proposta de Cabral.

Ao comunicar o voto favorável à emenda da Relatoria; o Senador Virgílio Távora (PDS-CE) anunciou que



Fernando Henrique e...

J. M. S

WHISKIES ESCOCESAS — PREÇO

- BALLANTINE'S 8 anos (gf).....
- BALLANTINE'S 8 anos (litro).....
- BALLANTINE'S 12 anos (gf).....
- BALLANTINE'S 12 anos (litro).....
- CHIVAS REGAL (gf).....
- CUTTY SARK (gf).....
- CUTTY SARK (litro).....
- DIMPLE (gf).....
- DIMPLE (litro).....
- J & B (gf).....
- J & B (litro).....
- J & B 15 anos (gf).....
- J HAIG (litro).....
- J. WALKER-BLACK LABEL (litro).....

WHISKIES NACIONAIS — PREÇO

- BELL'S (litro).....
- 100 PIPER'S (litro).....
- HIGHLAND QUEEN (litro).....
- LONG JOHN (litro).....
- NATU NOBILIS (litro).....
- PASSAPORT (litro).....
- THE TORMORE (litro).....
- TEACHER'S (litro).....
- TILLER'S CLUB (litro).....

VINHOS FRANCESES — PREÇO

- BLANC DE BLANCS 1985 ANT. I
- VIND DU PAYS BLANC 1985 AR
- COTES DU RHONE 1985 ANT. E
- COTES DU RHONE 1985 ARDEC
- BORDEAUX SELECTION rouge 19
- BORDEAUX SUPERIEUR rouge 19
- BORDEAUX SAUVIGNON blanc
- SAINT EMILION rouge
- CHATEAU CABRIAC rouge 1983
- MACON rouge 1984
- BEAUJOLAIS VILLAGES rouge 19
- CHATEAUNEUF DU PAPE 1985 G
- MOUTON CADET rouge/blanc 1
- CHATEAU BARBE BLANCHE rouge
- ROSE D'ANJOU
- GRANDS CRUS CLASSES — PH

Negociação prévia facilita a votação da reforma agrária

BRASÍLIA — Um amplo acordo envolvendo praticamente todas as forças políticas da Constituinte desmanchou, na noite de ontem, todas as expectativas de que a votação da reforma agrária transformaria a Comissão de Sistematização num verdadeiro campo de batalha entre "progressistas" e "moderados".

Capitaneado pelo Senador José Richa (PMDB-PR) o acordo só não incluiu os petistas e acabou tendo resultados inesperados: ao final da

PMDB oferecida por Richa à emenda Masini, o Presidente da Contag, Francisco José da Silva e vários Deputados "progressistas", entre eles Roberto Freire (PCB-PE), Aldo Arantes (PC do B-GO), e Brandão Monteiro (PDT-RJ), chegaram à conclusão de que não valeria à pena recusar a proposta sem ter segurança de que o texto do Relator — que consideravam o ideal — poderia ser mantido.

— Se aprovarmos a Masini, estará prejudicada a emenda Eymael —

esvazia polêmica e lei regulará imissão

Telefoto de Juan Carlos Gómez

BRASÍLIA — A imissão na posse da terra desapropriada será regulamentada pela legislação ordinária. Um grande acordo de todos os partidos, com exceção do PT, permitiu a votação ontem de um dos temas mais polêmicos da Constituinte. Por 86 votos a sete, a Comissão de Sistematização aprovou a emenda do Deputado Jovanni Masini (PMDB-PR) que possibilitou o acordo.

A emenda Masini substitui os três parágrafos do artigo 212, do substitutivo do Relator Bernardo Cabral, sobre os procedimentos a serem adotados na ação desapropriatória. Pelo texto alterado, o proprietário poderia recorrer da ação da União, que teria o prazo de 90 dias para decidir sobre o recurso. Se não o fizesse dentro deste prazo, a imissão na posse do imóvel se daria automaticamente. A redação modificada previa ainda o pagamento do imóvel em moeda corrente, caso a Justiça reconhecesse que a propriedade cumpria função social.

A emenda Masini anula todos estes procedimentos ao prever o seguinte parágrafo único: "Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação". Foi mantido o caput do artigo, que afirma: "A declaração do imóvel como de interesse social para fins de reforma agrária autoriza a União a propor a ação de desapropriação".

A aprovação da emenda foi festejada com palmas pelo plenário da Comissão. Os sete votos contrários foram dos Deputados Ademir Andrade (PA), João Herrmann (SP), Oswaldo Lima Filho (PE) e Paulo Ramos (RJ), do PMDB; Luís Inácio Lula da Silva e Plínio de Arruda Sampaio, do PT de São Paulo, e Gilson Machado (PE), do PFL. O Deputado Nelton



Fernando Henrique e José Richa: a tradicional conversa ao pé do ouvido

Mobilização será a arma de Caiado

BRASÍLIA — Nervoso com a decisão da Comissão de Sistematização de rejeitar a Emenda Sandra Cavalcanti, que assegurava o direito de propriedade do imóvel rural, o Presidente da UDR, Ronaldo Caiado, ofegante, fez um autodesafio: "promover a maior mobilização popular que este País já viu" contra a decisão de vincular o direito de propriedade à sua função social, de acordo com a Emenda Jorge Hage, aprovada pela Comissão.

— Não adianta nada o trabalhador rural ficar trabalhando em sua terra para esses homens aqui virem retirar o direito de propriedade — disse, gesticulando muito. — Ele precisa vir para cá para se manifestar.

A UDR vai consultar seus advogados e, nos próximos dias, divulgar sua posição oficial sobre as matérias aprovadas pela Comissão de Sistematização referente à reforma agrária. Na primeira análise, o direito de propriedade ficou comprometido.

em 1989 pela razão maior, e não simples alegação reportada, de que, no ano que vem, o País tem de ter condições para votar as leis complementares à nova Constituição. É esse o significado de sua preocupação de preparar o Brasil pós-constitucional.

“A MINHA posição é de que o ideal para o País é o presidencialismo, o mandato de cinco anos e, efetivamente, acredito que devemos ter o presidencialismo aprovado ao final e de maneira definitiva.”

REPETIMOS: clareza virtude de verdadeira liderança a respeitar e a repercutir final e definitivamente no voto constituinte.

O PAÍS não suportaria nem o parlamentarismo, nem eleições presidencialistas tumultuando a organização pós-constitucional indispensável, a exigir leis complementares e ordinárias. O presidencialismo com cinco anos de mandato respeita a

J. M. SILVA AVISA: LIQUIDA PARA FUGIR

Válido até 01/12/87

WHISKIES ESCOCESES — PREÇO UNIDADE	DE	POR
BALLANTINE'S 8 anos (gf)	1.600,00	1.350,00
BALLANTINE'S 8 anos (litro)	2.100,00	1.985,00
BALLANTINE'S 12 anos (gf)	3.600,00	2.990,00
BALLANTINE'S 12 anos (litro)	5.100,00	3.990,00
CHIVAS REGAL (gf)	3.100,00	3.200,00
CUTTY SARK (gf)	1.800,00	1.350,00

DIVERSOS — PREÇO UNIDADE		
FUNDADOR DOMEQ	1.795,00	695,00
GORDON (gf)	1.600,00	1.450,00
AMARO TIPO FERNET ITALIANA	1.700,00	1.360,00
EAU DE VIE POIRE	2.180,00	2.330,00
EAU DE VIE FRAMBOISE ou MIRABELLE	2.480,00	2.320,00
DRAMBUJE	2.800,00	2.190,00

- WHISKIES ESCOCESAS — PREÇO
- BALLANTINE'S 8 anos (gf)
- BALLANTINE'S 8 anos (litro)
- BALLANTINE'S 12 anos (gf)
- BALLANTINE'S 12 anos (litro)
- CHIVAS REGAL (gf)
- CUTTY SARK (gf)
- CUTTY SARK (litro)
- DIMPLE (gf)
- DIMPLE (litro)
- J & B (gf)
- J & B (litro)
- J & B 15 anos (gf)
- J HAIG (litro)
- J. WALKER-BLACK LABEL (litro)
- WHISKIES NACIONAIS — PREÇO
- BELL'S (litro)
- 100 PIPER'S (litro)
- HIGHLAND QUEEN (litro)
- LONG JOHN (litro)
- NATU NOBIUS (litro)
- PASSAPORT (litro)
- THE TORMORE (litro)
- TEACHER'S (litro)
- TILLER'S CLUB (litro)
- VINHOS FRANCESES — PREÇO
- BLANC DE BLANCS 1985 ANT. D
- VINDU DU PAYS BLANC 1985 AR
- COTES DU RHONE 1985 ANT. D
- COTES DU RHONE 1985 ARDEC
- BORDEAUX SELECTION rouge 19
- BORDEAUX SUPERIEUR rouge 198
- BORDEAUX SAUVIGNON blanc 1
- SAINT EMILION rouge
- CHATEAU CABRIAC rouge 1983
- MACON rouge 1984
- BEAUJOLAIS VILLAGES rouge 19
- CHATEAUNEUF DU PAPE 1985 C
- MOUTON CADET rouge/blanc 1
- CHATEAU BARBE BLANCHE rouge
- ROSE D'ANJOU
- GRANDS CRUS CLASSES — PR
- LE BERGER BARON ROTHSCHILD
- LE GRAND BARON ROTHSCHILD
- CHATEAU CARBONNIEUX blanc
- CHATEAU CLOS DE L'ORATOIRE
- CHATEAU DU CALVAIRE rouge 1
- CHATEAU DU GLANA rouge 198
- CHATEAU PHELAIN SEGUR rouge
- CHATEAU PONTET CANET rouge
- GRANDS BEAUJOLAIS DE PR
- BROUILLY 1985 CELLIER DES SA
- CHIROUBLES 1985 CELLIER DES
- COTE DE BROUILLY 1985 CELLIE
- JULIENAS 1985 CELLIER DES SA
- MORGON 1985 CELLIER DES SA
- MOUILLAN A VENT 1985 CELLIER
- SAINT AMOUR 1985 CELLIER DE
- BEAUJOLAIS 1985 CELLIER DES
- CHABLIS 1985 ANTOINE DEPAC
- GRANDS FRANCESES DA AL
- GEWURTZTRAMNER 1984
- SPECIAL FRUIT DE MER 1984
- MUSCAT RESERVE 1984
- RIESLING SYLVANER 1984
- SYLVANER RIESLING MEDAILLE
- TOKAY PINOT GRIS 1984
- VINHOS ALEMÃES — PREÇO
- BEREICH NIERSTEIN 1984 (Reno)
- LIEBFRAUMLICH 1985 (Reno)
- NIERSTEINER KABBINETT 1985 (R)
- NIERSTEINER SPATLESE 1985 (R)
- OPPENHEIMER KABBINETT 1985
- OPPENHEIMER SPATLESE 1985
- KROVER NACKTARSCH 1985 (A)
- PIESPORTER SPATLESE 1983 (M)
- PIESPORTER AUSLESE 1983 (M)
- BERNKASTELER RIESLING 1985
- BERNKASTELER SPATLESE 1983

desapropriação. Por motivo de omissão do artigo, que afirma: "A declaração do imóvel como de interesse social para fins de reforma agrária autoriza a União a propor a ação de desapropriação".

A aprovação da emenda foi festejada com palmas pelo plenário da Comissão. Os sete votos contrários foram dos Deputados Ademir Andrade (PA), João Herrmann (SP), Oswald Lima Filho (PE) e Paulo Ramos (RJ), do PMDB; Luís Inácio Lula da Silva e Plínio de Arruda Sampaio, do PT de São Paulo, e Gilson Machado (PE), do PFL. O Deputado Nelton Friederich (PMDB-PR) votou a favor, com declaração em separado.

Ao encaminhar a emenda, o autor, Giovanni Masini, afirmou estar representando, com sua proposta, o consenso em torno de um dos temas mais contraditórios votados até agora. Ressaltou o avanço que o acordo interpartidário representa e a esperança de que o plenário da Constituinte reviva momentos como aquele. O Líder do PCB, Deputado Roberto Freire, também encaminhou a favor e disse que só o fato de sair do texto constitucional a previsão de pagamento em moeda corrente para o proprietário do imóvel em questão já consistia em avanço extremamente importante para aqueles que querem ver a reforma agrária implantada, de fato, no País.

— Não se trata de discutir aqui se esta é a melhor fórmula. Mas reconhecer que, em termos de acordo, foi um grande avanço — afirmou.

O Deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) foi à tribuna comunicar a decisão do seu partido de não participar do acordo. Segundo ele, o que estava previsto no substitutivo de Cabral era o máximo de concessão que o partido poderia admitir nesta questão. Para o PT, a emenda Masini anula o tímido avanço que representava para a reforma agrária a proposta de Cabral.

Ao comunicar o voto favorável à emenda da Relatoria, o Senador Virgílio Távora (PDS-CE) agradeceu aos constituintes que colaboraram para que o acordo fosse possível. Citou como os principais articuladores do movimento os Senadores José Richa (PMDB-PR) e Severo Gomes (PMDB-SP) e os Deputados Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), José Maria Eymael (PDC-SP), Jovanni Masini (PMDB-PR), Antônio Brito (PMDB-RS), Euclides Scalco (PMDB-PR), Nelson Jobim (PMDB-RS) e Roberto Freire (PCB-PE).

Encerrada a votação, o Vice-Presidente da Mesa, Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), parabenizou o plenário e afirmou que o acordo é uma demonstração de que é possível o consenso em torno de matérias controversas, garantindo avanços para a sociedade.

— A reforma agrária, a partir desta decisão, tem condições de sair dos discursos demagógicos para se tornar um fato concreto no País.

nal e definitivamente no voto constituinte.

O PAÍS não suportaria nem o parlamentarismo, nem eleições presidencialistas tumultuando a organização pós-constitucional indispensável, a exigir leis complementares e ordinárias. O presidencialismo com cinco anos de mandato respeita a evolução natural, regra de ouro em política, sem saltos e improvisações.

MINAS pediu tranquilidade e paz, agora, no fim da transição; São Paulo reclama ordem e trabalho pós-constitucional. Assim se defende a transição, sem provocar questão de unidade partidária.

... para negar a... final do plenário. confundir posições... consequência dos en... informais, desgast... passando eles a men... de que alguma coisa... terá sido resolvida em... além da verifica... natural do citado acata...

IMPORTANTE mesmo nesse encontro do Rio, que não obteve repercussão política, foi a reiteração da clareza paulista no compasso da sabedoria mineira.

O GOVERNADOR Orestes Quêrcia, falando como chefe político desse grande Estado da Federação, defendeu a eleição presidencial

Negociação prévia facilita a votação da reforma agrária

BRASILIA — Um amplo acordo envolvendo praticamente todas as forças políticas da Constituinte desmanchou, na noite de ontem, todas as expectativas de que a votação da reforma agrária transformaria a Comissão de Sistematização num verdadeiro campo de batalha entre "progressistas" e "moderados".

Capitaneado pelo Senador José Richa (PMDB-PR) o acordo só não incluiu os petistas e acabou tendo resultados inesperados: ao final da votação — já ausentes das galerias os dirigentes da UDR, inclusive o seu Presidente, Ronaldo Caiado, que se retiraram contrariados logo após a rejeição da emenda do Deputado Guilherme Affif (PL-SP) — deputados de posturas tão opostas quanto Affif e Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP), congratularam-se, enquanto o "progressista" Sigmaringa Seixas (PMDB-DF) criticava a opção do colega José Genoíno (PT-DF), seu aliado em outras circunstâncias.

Q Não há razão para que esse entendimento seja modificado ao longo da Constituinte. É indesejável reabrir um assunto tão polêmico como este em plenário — disse o Senador José Richa, satisfeito com a composição. Segundo ele, o texto do substitutivo do Relator Bernardo Cabral "era muito controverso e determinava a imissão de posse de forma arbitrária e truculenta".

O acordo — que permitiu a aprovação da emenda do Deputado Jovanni Masini (PMDB-PR) deixando à lei complementar o estabelecimento do procedimento contraditório de rito sumário para os processos de desapropriação. — começou a ser negociado no início da tarde, e só foi concluído quando o encaminhamento da votação já tinha começado.

Reunidos a um canto do plenário, de posse da promessa de voto do

PMDB oferecida por Richa à emenda Masini, o Presidente da Contag, Francisco José da Silva e vários Deputados "progressistas", entre eles Roberto Freire (PCB-PE), Aldo Arantes (PC do B-GO), e Brandão Monteiro (PDT-RJ), chegaram à conclusão de que não valeria à pena recusar a proposta sem ter segurança de que o texto do Relator — que consideravam o ideal — poderia ser mantido.

— Se aprovarmos a Masini, estará prejudicada a emenda Eymael — lembrou Brandão Monteiro, referindo-se à preocupação maior das "esquerdas", no sentido de evitar a fixação de um prazo de 60 dias ou 90 dias para a decisão judicial sobre uma desapropriação. "Colocar no projeto de Constituição um texto atrasado de reforma agrária será um desastre", insistiu Brandão.

Embora sem tumulto, o plenário da Câmara foi palco de intensa atividade lobista ao longo de toda a votação dos dispositivos referentes à reforma agrária. Líderes das partes interessadas e assessores como Fábio Loiola, da UDR, circularam pelo plenário levando o Presidente da Mesa, Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) a fazer um apelo pela saída dos que não fossem devidamente credenciados.

Em meio a muitas conversas de última hora, também foi possível um acordo para aprovação da emenda do Deputado Jorge Hage (PMDB-BA), prevendo a função social da propriedade rural. A emenda, que inicialmente seria rejeitada pelos "moderados" foi modificada, com o aval da esquerda, deixando de prever a limitação de terras através de lei complementar. Seu autor mostrou-se satisfeito com o resultado:

— Se a minha emenda fosse rejeitada, poderia passar a do Deputado Alysson Paulinelli (PFL-MG).

FOTOGRAFIAS SEM FOTOGRAFAR.

A Agência Globo tem um dos maiores arquivos de imprensa mundial. A foto que você precisa está lá pronta, esperando por você.

AGÊNCIA GLOBÓ NOTICIAS

Rua Uruguai, 35 - Tel. 272.2006 - Local 362 - Teres. 1021.1944